



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Gabinete da Presidência

PORTARIA Nº 306, de 19 de maio de 2008.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 131, inciso X da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, e a Lei nº 349, inciso X do Regimento Interno, na conformidade da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

I- A P R O V A R

o Relatório de Gestão Fiscal no primeiro quadrimestre do ano de 2008, na forma dos Anexos I e VII, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000.

II-D I S P O N I B I L I Z A R

o relatório referido no inciso antecedente por meio eletrônico no Diário Oficial e na Internet do Tribunal de Contas do Estado, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101/2000.

III- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
Presidente



ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2007 A ABRIL/2008

R\$

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAI/2007 A ABR/2008	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	28.985.597,85	
Pessoal Ativo	27.137.794,34	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.847.803,51	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)	1.306.826,03	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF)	40.494,76	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.125.322,87	
Decorrentes de Decisão Judicial	141.008,40	
Despesas de Exercícios Anteriores		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II)	27.678.771,82	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	3.092.220.720,71	
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III/IV)* 100	0,90%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,24%	38.343.536,94	
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 1,18%	36.488.204,50	

FONTE: Secretaria da Fazenda - RCL / Contabilidade-Balancete/Diame/Diafi/Coofi

¹ Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

Nota: Durante o exercício, somente são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Doris de Miranda Coutinho
Conselheira Presidente

Sidney Araujo Sousa
Diretor de Orçamento Administração e Finanças

Luciano Sampaio Moreira
Encarregado de Serviço

Joana Dark de Souza
Diretora de Controle Interno



ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2007 A ABRIL/2008

LRF, art. 48 - Anexo VII		R\$	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP		27.678.771,82	0,90%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,24%		38.343.536,94	1,24%
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 1,18%		36.488.204,50	1,18%
DÍVIDA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos			

FONTE: Secretaria da Fazenda - RCL / Contabilidade-Balancete/Coofi

Doris de Miranda Coutinho
Conselheira Presidente

Sidney Araujo Sousa
Diretor de Orçamento Administração e Finanças

Luciano Sampaio Moreira
Encarregado de Serviço

Joana Dark de Souza
Diretora de Controle Interno